

O POLÍTICO NA MODERNIDADE

José Carlos Reis
UFMG

MARCOS ANTÔNIO LOPES, *O político na modernidade. Moral e virtude nos espelhos de príncipes da Idade Clássica (1640-1700)*, São Paulo: Loyola, 1998, 167 p. (Coleção Filosofia, 45)

Marcos Antônio Lopes, licenciado em História pela UFMG, doutorando em História pela USP, professor de História Moderna e Contemporânea, atualmente vinculado ao departamento de História da Universidade Estadual do Paraná, no campus de Mal. Cândido Rondon (UNIOESTE), já publicou outros livros: *O absolutismo: sociedade e política na Europa Moderna* (Brasiliense, 1996); *A Europa na Idade Moderna: sociedade, cultura, mentalidades* (Lê, 1995); *A imagem da realeza: simbolismo monárquico no*

Antigo Regime (Ática, 1994). Em *O Político na Modernidade*, seu 4º livro, ele publica a sua dissertação de mestrado, defendida no departamento de História da Universidade de São Paulo, realizando algo raro entre os pesquisadores acadêmicos brasileiros: publicar a dissertação de mestrado. E ainda por cima em uma editora importante e exigente como é a Loyola. Só esse fato já revela muito da capacidade de trabalho e do talento intelectual de Marcos Antônio Lopes, que está preparando a sua tese de doutorado e nos promete um trabalho de grande qualidade.

Em *O Político na Modernidade*, ele retorna à história política, à reflexão sobre temas políticos, que a hegemonia dos *Annales* fez esquecer ou obscureceu durante os anos 1930/60, pelo menos, entre os historiadores. Para legitimar o seu esforço, ele cita o próprio Pierre Chaunu, um dos expoentes dos *Annales*: “a história foi durante muito tempo a história dos Estados. Devemos como reação retirar o Estado da história?” Não é a reação que o autor recomenda e que nem os próprios *Annales* recomendam mais. Aliás, o tema da sua dissertação-livro, *O Estado monárquico da época moderna*, sempre foi um dos temas clássicos da historiografia européia. O século XIX, por sua orientação nacionalista, deu especial atenção ao Estado moderno. Só no século XX, com o predomínio da já mencionada orientação econômico-social-mental dos *Annales*, durante uns 30 anos, a história política foi abandonada. Mas, mesmo assim, houve exceções: R. Mandrou e até mesmo M. Bloch. O livro político de Bloch, *Les Rois Thaumatourges*, de 1924, no entanto, não foi seguido, caracterizando a resistência de sua escola à sua temática. Entretanto, nos anos 60, a escola americana de história política, que tem como centro a obra de Ernst Kantorowicz (Marcos A. Lopes destaca dois livros, um em edição espanhola e outro em edição francesa: *Los dos cuerpos del rey. Un estudio de Teología Política Medieval*, Alianza Ed., 1985 e *Mourir pour la Patrie*, PUF, 1984), renovou a história política observando e analisando a linguagem cerimonialista e ritualística do Estado moderno monárquico entre os séculos XIV e XVII. Ou melhor: ele reconheceu e retomou a proposta de Bloch para a história política. A “nova história política” americana é portanto blochiana.

Com Kantorowicz ressurgia uma história política fundada nos cerimoniais monárquicos: sagração, exéquias, entradas reais, *lit de justice*... Os rituais, que são a expressão visual da realeza, fundaram a nova linguagem do poder real, linguagem que a historiografia do século XIX não valorizava, mas que Bloch já valorizara em uma obra isolada que teve seguidores tardios. Outra referência teórica importante para a renovação da história política são as obras de Norbert Elias, *A sociedade da corte*, de 1933, e *O processo civilizador*,

de 1939, que só foram descobertas e valorizadas pelos historiadores nos anos 70.

Esse estudo, portanto, se insere no movimento de retomada e renovação da história política. Ele enfatizará a esfera política em uma época e região dadas: a França, entre 1640 e 1700. Ele tomará como objeto de análise a literatura de origem medieval assim chamada “espelho de príncipes”, que era voltada para a formação moral dos reis. Se a monarquia francesa se construiu e se consolidou nos séculos XVI/XVIII, a questão que ocupa o autor é a imagem do príncipe ideal elaborada pelos intelectuais daquele período. Qual seria a forma de governo ideal para a França entre 1640/1700? Resposta consensual: a realeza, cuja forma ideal torna-se o centro da discussão política. Qual o modelo do príncipe ideal? Resposta consensual entre os franceses, mas sujeita à polêmica: Luís XIV, exemplo de rei cristão (*Le Prince très chrétien*). O Estado deve ser administrado com valores cristãos; o príncipe é uma autoridade cristã. Nessa discussão, os autores se dividiam em três vertentes: a corrente crítica, que criticava a realeza e ousava fazer restrições ao rei; a frêmito no coração (!), marcada por um devotamento sincero ao príncipe; a encomiástica, que exalta a imagem real de modo artificial e exagerado.

No entanto, essa polêmica não era somente doutrinária e teórica. Luís XIV utilizou dessa literatura para fazer a propaganda da realeza e do seu próprio governo. O Estado absolutista sufocava todo discurso que lhe fosse desfavorável. Os detratores do rei tinham de publicar no exterior. A propaganda era contínua. Para Lopes, pode-se até falar de um primeiro *marketing* político do ocidente. A memória era administrada pelo Estado. A história era um elogio da França e do seu rei. No centro da discussão histórica, o monarca, que, como uma vedete dos nossos dias, lança modas, costumes, gestos. A sua imagem é representada de modo solar: distante, luminosa, onipresente e intocável. O historiógrafo, o historiador e cortesão do rei, é o seu construtor e divulgador. A história tornou-se um eficiente instrumento de propaganda do Estado monárquico. É uma história fabulosa, literária, mítica. A história queria guiar os passos do príncipe. A história que fazem não é crítica, embora seja posterior à história perfeita surgida no século XVI. O século XVII, cartesiano e mítico-absolutista, não foi uma boa época para a história crítica e independente.

A novidade desse estudo de Marcos Antônio Lopes: enquanto a teoria política e a história das idéias políticas contemporâneas valorizam a reflexão política na tradição que emergiu com Maquiavel — profana, secular, anti-cristã, fundada no Príncipe conquistador,

portador da *virtú*, astucioso e heróico, produtor de contínuo desequilíbrio das forças políticas, do conflito, sem se referir a um quadro de virtudes cristãs — constata-se que a monarquia francesa dos séculos XVII/XVIII, embora pós-maquiavélica, é anti-maquiavélica. Maquiavel não repercutiu imediatamente. A sua época e o século seguinte ainda continuavam ligados à tradição medieval. A monarquia francesa do século XVII é anti-maquiavélica: é fundada na teoria do direito divino dos reis, que trata da sacralidade da realeza, que enfatiza a estabilidade do poder, a paciência do súdito com os erros do rei, que valoriza o rei virtuoso, cristão. O autor verifica isso examinando os autores da tradição política cristã do Antigo Regime: Bossuet e seus contemporâneos. Das obras de Bossuet, ele se refere à *Politique tirée des propres paroles de l'Ecriture Sainte*, ao *Discours sur l'Histoire Universelle*, às *Orações Fúnebres* e *Panegíricos*. A idéia política que predominava nesses autores é a construção mítica da realeza, uma construção teológico-política.

Segundo a teoria do direito divino dos reis, anti-maquiavélica por excelência, que predominava no século XVII, na França, e cujo principal formulador foi Bossuet, o poder descende ao rei a partir de Deus. Ele O representa na terra. O rei é solitário e em relação contínua com Deus. O povo não entra na definição do poder. O século XVII foi uma época de inquietude, de guerras religiosas e revoltas camponesas na França. Essa é a razão do desejo de estabilidade política dos autores políticos e da sua idolatria do rei. Contra a agitação da sua época, eles focalizam a sua atenção no príncipe cristão. A presença do rei tranqüiliza — o súdito quer vê-lo e tocá-lo e ser visto e tocado. Sua presença é a do sagrado. O tema de Bossuet é o do rei-Deus. Próximo de Deus, ele deve ser temido e amado. O rei representa a Providência. As suas virtudes cristãs: temperança, moderação, brandura, severidade, paternalismo, caridoso, desapaixonado, justo, prudente, reunidor, pacificador. E sobretudo, devoto, o que inspira a confiança do súdito nele. O Estado monárquico era complexo: reunia as esferas religiosa e política, o aparato jurídico e a liturgia cristã, a base sagrada e a burocracia. Era moderno e ainda medieval.

O rei cristão não pode fraquejar, cair em tentação, deixar-se dominar pelas paixões e pelo vício. O rei mau é castigado severamente por Deus. O usurpador representa o que há de pior e receberá o pior castigo. A realeza transcende à pessoa do rei. Ela é uma essência mística e intangível, transmitida hereditariamente. O rei foi ungido por Deus para conduzir os homens à salvação pública. Defensor público, benfeitor, ele serve ao bem! O rei é uma hierofania, presença de Deus no tempo. Ele é o ponto de apoio do cosmos, o

fator de equilíbrio entre o mundo dos homens e a Cidade de Deus. A sua ausência representa o caos, a disputa, o conflito, o terror. A sua presença representa a ordem. O mundo dos homens é vertical, legitimamente hierarquizado, pois pertence a uma hierarquia transcendental. A desigualdade é justificável. É uma visão medieval do poder ainda viva e atuante no século XVII racionalista, matemático e mecanicista. É um discurso da ordem sagrada contra as crises do século XVII. O divino ainda dominava a teoria do poder no século de Descartes. A ordem do mundo depende do seu centro, a realeza sagrada. O rei vê mais alto, mais longe e melhor. Ele conhece o segredo da história. Ele é o seu sujeito, com poderes divinos.

Embora portadora de uma visão político-religiosa da história, a obra de Bossuet não é contemplativa: tem um caráter pragmático e combativo, defende a tradição e a estabilidade da ordem pública. Ele optou pela tradição contra o racionalismo científico e o pragmatismo calculista. Ele quer orientar e tornar responsáveis os reis pela produção de uma história serena, sem conflitos e dramas. Sua opção é anti-maquivélica. O seu rei entregou a alma à Deus e representa a unidade, a paz, a continuidade, o equilíbrio. Apoiado em Deus, o seu poder é legitimamente eterno e absoluto.

Eis aí uma breve síntese da dissertação-livro de Marcos Antônio Lopes. O seu trabalho não é tão simples, no entanto. Aqui nesse comentário deu-se ênfase à sua análise de Bossuet. Mas, a sua pesquisa oferece ainda observações sobre as visões da realeza que aparecem nas obras de La Bruyère (*Les caractères ou les mœurs de ce siècle*), Richelieu (*Testament politique*), Mazarino (*Breviário dos políticos*), Luís XIV (*Memoires*), Saint-Simon (*Memoires*) e Voltaire (*El siglo de Luiz 14*). Trata-se de um estudo baseado ainda em sólida bibliografia complementar e muito bem documentado. Entretanto, talvez se possa fazer somente uma restrição, que não desmerece o trabalho, mas que surpreende em um autor que valoriza tanto a forma e escreve com tanta segurança. Trata-se da excessiva retomada de alguns temas nos diversos capítulos da obra, uma certa repetição de alguns estribilhos, como se os capítulos seguintes não se lembrassem dos anteriores. Por permitir tais ritornelos, talvez, a estrutura do trabalho pudesse ter sido melhor calculada. Mas, isso não impede que se considere o livro de Marcos Antônio Lopes, *O Político na Modernidade*, um bom livro, que oferece informações relevantes sobre a história política da França do século XVII e capaz de sugerir reflexões atuais sobre o poder, sobre as relações entre poder e virtude, entre poder e limite, entre poder e religiosidade, entre poder e história, entre poder e representação do poder, entre poder e propaganda do poder, entre monarquia e república, entre o poder ge-

—

rador do caos e da crise e o poder que pudesse vir de Deus, produzindo paz, unidade e eficácia administrativa. O livro de Marcos Antônio Lopes, tratando do poder absoluto dos reis, nos faz também refletir sobre as condições, possibilidades e limites do poder democrático, uma teoria sempre em crise.

Endereço do Autor:
FAFICH
Av. Antônio Carlos, 6627 — Pampulha
31270-010 Belo Horizonte — MG